



CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDA DO CORVO

EDITAL

**REGULAMENTO DA ACTIVIDADE DE TRANSPORTE DE ALUGUER EM
VEÍCULOS LIGEIROS DE PASSAGEIROS (TÁXIS)**

**DR.^a MARIA DE FÁTIMA SIMÕES RAMOS DÔ VALE
FERREIRA**, Presidente da Câmara Municipal de Miranda do Corvo:

FAZ PÚBLICO, que a Assembleia Municipal em sua sessão ordinária de 2 de Julho de 2005, aprovou a alteração ao Regulamento da Actividade de Transporte de Aluguer em Veículos Ligeiros de Passageiros (Táxis), para vigorar no Concelho de Miranda do Corvo, a partir de 15 de Julho de 2005.

Esta Proposta teve por base uma proposta apresentada pela Câmara Municipal, que foi discutida e aprovada em Reunião Ordinária de 16 de Junho de 2005.

Este documento encontra-se patente ao público, na Secretaria da Câmara Municipal, todos os dias úteis, dentro das horas de expediente.

Para conhecimento geral, se publica o presente e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

E eu, *Maria de Fátima Simões Ramos do Vale Ferreira*, Chefe de Repartição Administrativa da Câmara Municipal, o subscrevi.

PAÇOS DO MUNICÍPIO DE MIRANDA DO CORVO, 5 de Julho de 2005.

A Presidente da Câmara,

Dr.ª Maria de Fátima Simões Ramos do Vale Ferreira



Município de Miranda do Corvo

Projecto de Regulamento Do Transporte Público De Aluguer Em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros – Transporte em Táxi – No Concelho de Miranda do Corvo

Preâmbulo

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de Agosto, alterado pelas Leis n.ºs 159/99, de 14 de Setembro e 106/01, de 30 de Agosto, foram atribuídas aos municípios competências ao nível da regulamentação do acesso à actividade e ao mercado dos transportes em táxi.

No que respeita ao acesso ao mercado, os municípios são competentes para fixar os contingentes mediante audição prévia das entidades representativas do sector, atribuir licenças por meio de concurso público limitado às entidades legalmente habilitadas e licenciar veículos afectos aos transportes em táxi.

Relativamente à organização do mercado, as Câmaras Municipais são competentes para definir o tipo de serviço de transporte em táxi e fixar os regimes de estacionamento. Compete ainda às Câmaras Municipais a fiscalização e instauração dos processos de contra-ordenação por infracção a preceitos legais, competindo ao Presidente da Câmara Municipal aplicação das coimas respectivas.

Tal como refere expressamente o art. 3.º da Lei n.º 106/2001, de 31 de Agosto, a segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de Agosto, as Câmaras Municipais publicam, até 31 de Março de 2002 os Regulamentos necessários à execução do disposto do mesmo.

Assim, e de harmonia com o disposto no n.º 8 do art.º 112.º e art. 241.º da Constituição da República Portuguesa e no uso das competências conferidas pelo n.º 6 do art. 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para posterior aprovação pela Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art. 53.º da Lei supra citada, propõe-se a aprovação do presente projecto de Regulamento.



Município de Miranda do Corvo

Capítulo I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

Âmbito de Aplicação

O presente regulamento aplica-se a toda a área do município de Miranda do Corvo.

Artigo 2.º

Objecto

O presente Regulamento aplica-se aos transportes públicos de aluguer em veículos ligeiros de passageiros, como tal definidos pelo Decreto-Lei n.º251/98, de 11 de Agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º156/99, de 14 de Setembro, e pela Lei n.º106/01, de 31 de Agosto e legislação complementar, adiante designados por transporte em táxi.

Artigo 3.º

Definições

Para efeitos do presente regulamento, considera-se:

- a) Táxi – veículo automóvel ligeiro de passageiros afecto ao transporte público, equipado com aparelho de medição de tempo e distância (taxímetro) e com distintivos próprios, titular de licença emitida pela Câmara Municipal;
- b) Transporte de Táxi – o transporte efectuado por meio de veículo a que se refere a alínea anterior, ao serviço de uma só entidade, segundo itinerário à sua escolha e mediante retribuição;
- c) Transportador em Táxi – a empresa habilitada com alvará para o exercício da actividade de transporte de táxi;
- d) Estacionamento livre – regime em que os táxis podem circular livremente à disposição do público, não existindo locais obrigatórios para estacionamento;
- e) Estacionamento condicionado – regime em que os táxis podem estacionar em qualquer dos locais reservados para o efeito, até ao limite dos lugares fixados;
- f) Estacionamento fixo – regime em que os táxis são obrigados a estacionar em locais determinados e constantes da respectiva licença.
- g) Escala – regime em que os táxis são obrigados a cumprir um regime sequencial de prestação de serviço.



Município de Miranda do Corvo

Capítulo II

Acesso à actividade

Artigo 4.º

Licenciamento da actividade

1. A actividade de transportes em táxi só pode ser exercida por sociedades comerciais ou cooperativas licenciadas pela Direcção Geral de Transportes Terrestres (DGTT), ou por empresários em nome individual no caso de pretenderem explorar uma única licença.
2. A actividade de transporte em táxi poderá ainda ser exercida pelas pessoas singulares que, à data da publicação do D.L. n.º 251/98, de 11 de Agosto, exploravam a indústria de transporte de aluguer de veículos ligeiros de passageiros, titulares de uma única licença emitida ao abrigo do Regulamento de Transporte em Automóveis, desde que tenham obtido alvará para o exercício da actividade de transportador em táxi, nos termos do D.L. n.º 251/98, de 11 de Agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 156/99, de 14 de Setembro e pela Lei n.º 106/01, de 31 de Agosto.

Capítulo III

Acesso e Organização do Mercado

Secção I

Licenciamento de veículos

Artigo 5.º

Veículos

1. No transporte em táxi só podem ser utilizados veículos automóveis ligeiros de passageiros de matrícula nacional, com lotação não superior a nove lugares, incluindo o do condutor, equipados com taxímetro e conduzidos por motoristas habilitados com certificado de aptidão profissional.
2. As normas de identificação, o tipo de veículo e outras características a que devem obedecer os táxis são as estabelecidas na Portaria n.º 277-A/99, de 15 de Abril.



Município de Miranda do Corvo

Artigo 6.º

Licenciamento dos veículos

1. Os veículos afectos ao transporte em táxi estão sujeitos a uma licença a emitir pela Câmara Municipal, nos termos do capítulo IV do presente regulamento.
2. A licença emitida pela Câmara Municipal é comunicada pelo interessado ou pela Câmara Municipal de Miranda do Corvo, à Direcção-Geral de Transportes Terrestres e às associações socioprofissionais, para efeitos de averbamento no alvará.
3. A licença do táxi e o alvará ou a sua cópia certificada (emitida pela DGTT), devem estar obrigatoriamente a bordo do veículo.
4. A transmissão ou transferência das licenças dos táxis, entre empresas devidamente habilitadas com alvará, deve ser previamente comunicada à Câmara Municipal.

Secção II

Tipos de serviços e locais de estacionamento

Artigo 7.º

Tipos de serviço

Os serviços de transporte em táxi são prestados em função da distância percorrida e dos tempos de espera, ou:

- a) À hora, em função da duração do serviço;
- b) A percurso, em função dos preços estabelecidos para determinados itinerários;
- c) A contrato, em função de acordo reduzido a escrito por prazo não inferior a trinta dias, onde constam obrigatoriamente o respectivo prazo, a identificação das partes e o preço acordado.
- d) Ao km, em função dos kms percorridos, designado por serviço ao km, de acordo com o D.L. n.º41/2003, de 11 de Março.



Município de Miranda do Corvo

Artigo 8.º

Locais de Estacionamento

1. Na área do concelho de Miranda do Corvo, é adoptado o regime de estacionamento fixo, de acordo com os alvarás de licença.
2. Pode a Câmara Municipal no uso das suas competências próprias em matéria de ordenação do trânsito, criar novos locais de estacionamento, dentro da área para que os contingentes estão fixados, bem como extinguir e alterar os locais onde os veículos podem estacionar, após audição, a título meramente consultivo das organizações sócio- profissionais do sector, as quais devem pronunciar-se no prazo de 10 dias, findo o qual se presume a concordância com a proposta da Câmara Municipal de Miranda do Corvo.
3. Excepcionalmente, por ocasião de eventos que determinam um acréscimo excepcional de procura, a Câmara Municipal poderá criar locais de estacionamento temporário dos táxis, em local diferente do fixado e definir as condições em que o estacionamento é autorizado nesses locais.
4. Os locais destinados ao estacionamento dos transportes em táxi são determinados pela Câmara Municipal e constantes da respectiva licença, sendo devidamente assinalados através de sinalização horizontal e vertical.
5. No regime de serviço definido para os locais de estacionamento dos táxis, estabelece-se a prioridade da prestação do serviço segundo a ordem de chegada ao local de estacionamento pelos táxis.

Artigo 9.º

Fixação de contingentes

1. O número de táxis em actividade no município será estabelecido por um contingente fixado pela Câmara Municipal e que abrangerá o conjunto de todas as freguesias do município, com a individualização do número de táxis por freguesia ou conjunto de freguesias.
2. A fixação do contingente será feita com uma periodicidade não inferior a dois anos e será sempre precedida da audição das entidades representativas do sector.
3. Na fixação do contingente, serão tomadas em consideração as necessidades globais de transporte em táxi na área municipal.
4. A Câmara Municipal procederá à fixação do contingente de táxis após a entrada em vigor do presente Regulamento.
5. Os contingentes e respectivos reajustamentos serão comunicados à Direcção-Geral dos Transportes Terrestres aquando da sua fixação, bem como às organizações socioprofissionais.



Município de Miranda do Corvo

Artigo 10.º

Táxis para pessoas com mobilidade reduzida

1. A Câmara poderá atribuir licenças de táxis para o transporte de pessoas com mobilidade reduzida, desde que devidamente adaptados, de acordo com as regras definidas pela Direcção-Geral dos Transportes Terrestres, e desde que a procura gerada pelas mesmas pessoas seja suficiente para garantir a rentabilidade da viatura de aluguer.
2. As licenças a que se refere o número anterior são atribuídas pela Câmara Municipal fora do contingente e sempre que a necessidade deste tipo de veículos não possa ser assegurada pela adaptação dos táxis existentes no município.
3. A atribuição de licenças de táxis para transporte de pessoas com mobilidade reduzida fora do contingente, será feita por concurso, nos termos estabelecidos neste Regulamento.

Capítulo IV

Atribuição de Licenças

Artigo 11.º

Atribuição de Licenças

- 1 A atribuição de licenças para o transporte em táxi é feita por concurso público aberto a sociedades comerciais ou cooperativas titulares de alvará emitido pela Direcção-Geral de Transportes Terrestres (DGTT).
- 2 Podem ainda concorrer a estas licenças os trabalhadores por conta de outrem, bem como os membros de cooperativas licenciadas pela Direcção Geral de Transportes Terrestres e que preencham as condições de acesso e exercício da profissão definidas nos termos do D.L. n.º 251/98, de 11 de Agosto, com a redacção da Lei n.º 156/99, de 14 de Setembro.
- 3 No caso de a licença em concurso ser atribuída a uma das pessoas referidas no número anterior, esta dispõe de um prazo de 180 dias para efeitos de licenciamento para o exercício da actividade, findo o qual caduca o respectivo direito à licença.
- 4 O concurso público é aberto por deliberação da Câmara Municipal, de onde constará também a aprovação do programa do concurso.



Município de Miranda do Corvo

Artigo 12.º

Abertura de concursos

1 - Será aberto um concurso público por cada freguesia ou grupos de freguesias tendo em vista a atribuição da totalidade das licenças do contingente dessa freguesia ou grupos de freguesias ou apenas de parte delas.

2 - Quando se verifique o aumento do contingente ou a libertação de alguma licença poderá ser aberto concurso para a atribuição das licenças correspondentes.

Artigo 13.º

Publicitação de concurso

1 - O concurso público inicia-se com a publicação de um anúncio no Diário da República, 3.ª série.

2 - O concurso será publicitado, em simultâneo, num jornal de circulação local ou regional, bem como por edital a afixar nos locais de estilo e, obrigatoriamente, na sede ou sedes de juntas de freguesia para cuja área é aberto o concurso. Será também enviada uma cópia as associações Sócio- Profissionais do Sector.

3 - O período para apresentação de candidaturas será, no mínimo, de 30 dias contados da publicação no Diário da República.

4 - No período referido no número anterior o programa de concurso estará exposto, para consulta dos interessados, nas instalações da Câmara Municipal.

Artigo 14.º

Programa de concurso

1 - O programa de concurso define os termos a que obedece o concurso e especificará, nomeadamente, o seguinte:

- a) Identificação do concurso;
- b) Identificação da entidade que preside ao concurso;
- c) O endereço do município, com menção do horário de funcionamento;
- d) A data limite para apresentação das candidaturas;
- e) Os requisitos mínimos de admissão ao concurso;
- f) A forma que deve revestir a apresentação das candidaturas, nomeadamente modelos de requerimentos e declarações;
- g) Os documentos que acompanham obrigatoriamente as candidaturas;
- e) Os critérios que presidirão à ordenação dos candidatos e consequente atribuição de licenças.

2 - Da identificação do concurso constará expressamente a área e o tipo de serviço para que é aberto e o regime de estacionamento.



Município de Miranda do Corvo

Artigo 15.º

Requisitos para a admissão ao concurso

1 – Todos os concorrentes deverão fazer prova que se encontram em situação regularizada em relação a dívidas de impostos ao Estado e contribuições para a Segurança Social.

2 – Para efeitos do número anterior, consideram-se que têm a situação regularizada os contribuintes que preenchem os seguintes requisitos:

a) Não sejam devedores perante a Fazenda Nacional de quaisquer impostos ou prestações tributárias e respectivos juros.

b) Estejam a proceder ao pagamento da dívida em prestações nas condições e termos autorizados.

c) Tenham reclamado, recorrido ou impugnado judicialmente aquelas dívidas, salvo se pelo facto de não ter sido prestado garantia nos termos do Código de Processo Tributário, não tiver sido suspensa a respectiva execução.

3 – No caso dos trabalhadores por conta de outrem, deverão, também, apresentar os seguintes documentos:

a) Certificado do Registo Criminal

b) Certificado de capacidade profissional para o transporte em táxi

c) Garantia Bancária no valor mínimo exigido para a constituição de uma sociedade.

4 – Sem prejuízo no disposto no n.º1 do presente artigo, o programa de concurso poderá fixar outros requisitos mínimos de admissão ao concurso.

Artigo 16.º

Apresentação de candidatura

1 - As candidaturas serão apresentadas por mão própria ou pelo correio até ao termo do prazo fixado no anúncio do concurso, no serviço municipal por onde corra o processo.

2 - Quando entregues por mão própria, será passado ao apresentante recibo de todos os requerimentos, documentos e declarações entregues.

3 - As candidaturas que não sejam apresentadas até ao dia limite do prazo fixado, por forma a nesse dia darem entrada nos serviços municipais, serão consideradas excluídas.

4 - A não apresentação de quaisquer documentos a entregar no acto de candidatura, que devam ser obtidos perante qualquer entidade pública, pode não originar a imediata exclusão do concurso, desde que seja apresentado recibo passado pela entidade em como os mesmos documentos foram requeridos em tempo útil.

5 - No caso previsto no número anterior, será a candidatura admitida condicionalmente, devendo aqueles ser apresentados nos cinco dias úteis seguintes ao do limite do prazo para apresentação das candidaturas, findos os quais será aquela excluída.



Município de Miranda do Corvo

Artigo 17.º

Da candidatura

1 - A candidatura é feita mediante requerimento dirigido ao presidente da Câmara, de acordo com modelo a aprovar pela Câmara Municipal e deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Documento comprovativo de que é titular do alvará emitido pela Direcção- Geral de Transportes terrestres;
- b) Documento comprovativo de que se encontra em situação regularizada relativamente a impostos ao Estado;
- c) Certidão de residência emitida pela junta de freguesia local, no caso de concorrente em nome individual;
- d) Documento relativo ao número de postos de trabalho com carácter de permanência, afectos à actividade e com categoria de motoristas.

2 - Quando se trate de candidatura das pessoas referidas nos n.ºs 2 e 3 do artigo 4.º, bem como dos empresários em nome individual, são exigidos:

- a) Certificado do registo criminal;
- b) Certificado de capacidade profissional para o transporte em táxi;
- c) Garantia bancária no valor mínimo exigido para a constituição de uma sociedade.

Artigo 18.º

Análise das candidaturas

Findo o prazo a que se refere o n.º 1 do artigo 16.º, o serviço por onde corre o processo de concurso, apresentará à Câmara Municipal, no prazo de 10 dias úteis, um relatório fundamentado com a classificação ordenada dos candidatos para efeitos de atribuição de licença, de acordo com o critério de classificação fixado.

Artigo 19.º

Critérios de atribuição de licenças

1 - Na classificação dos concorrentes e na atribuição de licenças serão tidos em consideração os seguintes critérios de preferência, por ordem decrescente:

- a) Localização da sede social ou domiciliária nas freguesias para que é aberto concurso;
- b) Localização da sede social ou domiciliária em freguesia da área do município;
- c) Numero de postos de trabalho com carácter de permanência, afectos a cada viatura, referente aos dois anos anteriores ao do concurso;
- d) Localização da sede social ou domiciliária em município contíguo;
- e) Número de anos de actividade no sector;
- f) Não ter sido contemplado em concursos anteriores realizados após a provação do presente Regulamento

2 - A cada candidato será concedida apenas uma licença em cada concurso, pelo que deverão os candidatos, na apresentação da candidatura, indicar as preferências das freguesias a que concorrem.



Município de Miranda do Corvo

Artigo 20.º

Atribuição de licença

- 1 - A Câmara Municipal, tendo presente o relatório apresentado, dará cumprimento aos artigos 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, dando aos candidatos o prazo de 10 dias úteis para se pronunciarem sobre o mesmo.
- 2 - Recebidas as reclamações dos candidatos, serão as mesmas analisadas pelo serviço que elaborou o relatório de classificação inicial, e que apresentará à Câmara Municipal um relatório final, devidamente fundamentado, para decisão definitiva sobre a atribuição da licença.
- 3 - Da deliberação que decida a atribuição de licença deve constar obrigatoriamente:
 - a) Identificação do titular da licença;
 - b) A freguesia, ou área do município, em cujo contingente se inclui a licença atribuída;
 - c) O regime de estacionamento e o local de estacionamento, se for caso disso;
 - d) O número dentro do contingente;
 - e) O prazo para o futuro titular da licença proceder ao licenciamento do veículo, nos termos dos artigos 6.º e 20.º deste Regulamento.

Artigo 21.º

Emissão da licença

- 1 - Dentro do prazo estabelecido na alínea e) do artigo anterior, o futuro titular da licença apresentará o veículo para verificação das condições constantes da Portaria n.º 277-A/99, de 15 de Abril, republicada pela Portaria n.º 1318/2001, de 29 de Novembro.
- 2 - Após a vistoria ao veículo nos termos do número anterior e, nada havendo a assinalar, a licença é emitida pelo presidente da Câmara Municipal, a pedido do interessado, devendo o requerimento ser feito em impresso próprio fornecido pela Câmara Municipal, e ser acompanhado dos seguintes documentos, os quais serão devolvidos ao requerente após conferência:
 - a) Alvará de acesso à actividade emitido pela Direcção-Geral de Transporte Terrestres;
 - b) Certidão emitida pela conservatória do registo comercial ou bilhete de identidade, no caso de pessoas singulares;
 - c) Livrete do veículo e título de registo de propriedade;
 - d) Declaração do anterior titular da licença, com assinatura reconhecida presencialmente, nos casos em que ocorra a transmissão da licença prevista no artigo 25.º do presente Regulamento;
- 3 - Pela emissão e renovação das licenças são devidas taxas nos montantes estabelecidos na "Tabela de Taxas e Licenças"
- 4 - Por cada averbamento que não seja da responsabilidade do município, é devida uma taxa prevista na "Tabela de Taxas e Licenças"
- 5 - A Câmara Municipal devolverá ao requerente um duplicado do requerimento devidamente autenticado, o qual substitui a licença por um período máximo de 30 dias.
- 6 - A licença obedece ao modelo e condicionalismo previsto no Despacho n.º 8894/99 (2.ª série), da Direcção- Geral de Transportes Terrestres (Diário da República n.º 104, de 5 de Maio de 1999).



Município de Miranda do Corvo

Artigo 22.º

Caducidade da licença

1 - A licença do táxi caduca nos seguintes casos:

- a) Quando não for iniciada a exploração no prazo fixado pela Câmara Municipal, ou, na falta deste, nos 90 dias posteriores à emissão da licença;
- b) Quando o alvará emitido pela Direcção- Geral de Transportes Terrestres não for renovado;
- c) Quando, no prazo de 180 dias, a partir da concessão da licença, as pessoas referidas no n.º 2 do artigo 4.º, não tenham procedido ao licenciamento do exercício da actividade;
- d) Quando haja abandono do exercício da actividade nos termos do artigo 29.º deste diploma.

2 - As licenças para a exploração da indústria de transportes de aluguer em veículos ligeiros de passageiros, emitidas ao abrigo do Regulamento em Transportes Automóveis (RTA), aprovado pelo Decreto n.º 37 272, de 31 de Dezembro de 1948, e suas posteriores alterações, caducam em 31 de Dezembro de 2002.

3 - Em caso de morte do titular da licença dentro do referido prazo, o prazo de caducidade será contado a partir da data do óbito. ✕

Artigo 23.º

Prova de emissão e renovação do alvará

1 - Os titulares das licenças a que se refere o n.º 2 do artigo anterior devem fazer prova da emissão do alvará no prazo máximo de 30 dias após o decurso do prazo ali referido, sob pena da caducidade das licenças.

2 - Os titulares de licenças emitidas pela Câmara Municipal devem fazer prova da renovação do alvará no prazo máximo de 30 dias, sob pena da aplicação de uma coima, nunca inferior a 150€. Caso não efectuem a renovação do alvará, caducará a licença.

3 - Caducada a licença, a Câmara Municipal determina a sua apreensão, a qual tem lugar na sequência de notificação ao respectivo titular.

Artigo 24.º

Substituição das licenças

1 - As licenças a que se refere o n.º 2 do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de Agosto, republicado pela Lei n.º 106/2001, de 31 de Agosto, serão substituídas pelas licenças previstas no presente Regulamento, até 31 de Dezembro de 2002, a requerimento dos interessados e desde que estes tenham obtido o alvará para o exercício da actividade de transportador em táxi.

2 - Nas situações previstas no número anterior e, em caso de morte do titular da licença, a actividade pode continuar a ser exercida pelo cabeça-de-casal, provisoriamente, pelo período de um ano, mediante substituição da licença pela Câmara Municipal.

3 - O processo de licenciamento obedece ao estabelecido nos artigos 6.º e 21.º do presente Regulamento, com as necessárias adaptações.



Município de Miranda do Corvo

Artigo 25.º

Transmissão das licenças

1 – Os titulares de licenças para exploração da indústria de transportes de aluguer em veículos ligeiros de passageiros podem proceder à sua transmissão exclusivamente para sociedades comerciais ou cooperativas com alvará para o exercício da actividade de transportador de táxi.

1 – No caso de haver transmissão das licenças, no prazo de 15 dias após a transmissão da mesma, tem o interessado de proceder à substituição da licença, nos termos deste Regulamento.

Artigo 26.º

Publicidade e divulgação da concessão da licença

1 - A Câmara Municipal dará imediata publicidade à concessão da licença através de:

- a) Publicação de aviso em Boletim Municipal, quando exista, e através de edital a afixar nos Paços do Município e nas sedes das juntas de freguesia abrangidas;
- b) Publicação de aviso num dos jornais mais lidos na área do município.

2 - A Câmara Municipal comunicará a concessão da licença e o teor desta a:

- a) Presidente da Junta de Freguesia respectiva;
- b) Comandante da força policial existente no concelho;
- c) Direcção Geral de Transportes Terrestres;
- d) Direcção- Geral de Viação;
- e) Organizações sócio- profissionais do sector.

3 - As informações referidas no número anterior serão comunicadas pela Câmara Municipal às associações representativas do sector.

Artigo 27.º

Obrigações fiscais

No âmbito do dever de cooperação com a administração fiscal que impede sobre as autarquias locais, a Câmara Municipal comunicará à direcção de finanças a emissão de licenças para exploração da actividade de transporte de táxi.

CAPÍTULO V

Condições de exploração do serviço

Artigo 28.º

Prestação obrigatória de serviços

1 - Os táxis devem estar à disposição do público de acordo com o regime de estacionamento que lhes for fixado, não podendo ser recusados os serviços solicitados em conformidade com a tipologia prevista no presente Regulamento, salvo o disposto no número seguinte.



Município de Miranda do Corvo

2 - Podem ser recusados os seguintes serviços:

- a) Os que impliquem a circulação em vias manifestamente intransitáveis pelo difícil acesso ou em locais que ofereçam notório perigo para a segurança do veículo, dos passageiros ou do motorista;
- b) Os que sejam solicitados por pessoas com comportamento suspeito de perigosidade.

Artigo 29.º

Abandono do exercício da actividade

1 - Salvo caso fortuito ou de força maior, bem como de exercício de cargos sociais ou políticos, considera-se que há abandono do exercício da actividade sempre que os táxis não estejam à disposição do público durante 30 dias consecutivos ou 60 interpolados dentro do período de um ano.

2- Sempre que haja abandono do exercício de actividade caduca o direito à licença de táxi.

Artigo 30.º

Transporte de bagagens e de animais

1 - O transporte de bagagens só pode ser recusado nos casos em que as suas características prejudiquem a conservação do veículo.

2 - É obrigatório e grátis o transporte de cães guia de passageiros invisuais e de cadeiras de rodas ou outros meios de marcha de pessoas com mobilidade reduzida, bem como de carrinhos e acessórios para o transporte de crianças.

3 - Não pode ser recusado o transporte de animais de companhia, desde que devidamente acompanhados e acondicionados, salvo motivo atendível, designadamente a perigosidade, o estado de saúde ou de higiene.

4- No transporte de bagagens e animais poderá haver lugar a pagamentos de suplementos de acordo com o estabelecido na convenção celebrada com a Direcção-Geral da Empresa.

Artigo 31.º

Regime de preços

1- Os transportes em táxi estão sujeitos ao regime de preços fixado em legislação especial.

2- O regime tarifário deve estar em local bem visível pelos passageiros, não podendo ser aferidos os que não cumpram esta condição.

Artigo 32.º

Taxímetros

1 - Os táxis devem estar equipados com taxímetros homologados e aferidos por entidade reconhecida para efeitos de controlo metrológico dos aparelhos de medição de tempo e de distância.

2 - Os taxímetros devem estar colocados na metade superior do tablier ou em cima deste, em local bem visível pelos passageiros, não podendo ser aferidos os que não cumpram esta condição.



Município de Miranda do Corvo

Artigo 33.º

Motoristas de táxi

- 1 - No exercício da sua actividade os táxis apenas poderão ser conduzidos por motoristas titulares de certificado de aptidão profissional.
- 2 - O certificado de aptidão profissional para o exercício da profissão de motorista de táxi deve ser colocado no lado direito do tablier, de forma visível para os passageiros.

Artigo 34.º

Deveres do motorista de táxi

- 1 - Para além de outros deveres previstos neste regulamento e demais legislação em vigor, são deveres do motorista de táxi:
 - a) Prestar os serviços de transporte que lhe forem solicitados, desde que abrangidos pela regulamentação aplicável ao exercício da actividade;
 - b) Obedecer ao sinal de paragem de qualquer potencial utente quando se encontre na situação de livre;
 - c) Usar de correcção e urbanidade no trato com os passageiros e terceiros;
 - d) Auxiliar os passageiros que careçam de cuidados especiais na entrada e saída de veículo;
 - e) Accionar no taxímetro de acordo com as regras estabelecidas e manter o respectivo mostrador sempre visível;
 - f) Colocar ao lado direito do tablier, de forma visível para os passageiros, o certificado de aptidão profissional;
 - g) Cumprir o regime de preços estabelecido;
 - h) Observar as orientações que o passageiro fornecer quanto ao itinerário e à velocidade, dentro dos limites em vigor, devendo, na falta de orientações expressas, adoptar o percurso mais curto;
 - i) Cumprir as condições do serviço de transporte contratado, salvo causa justificativa;
 - j) Transporte bagagens pessoais, nos termos estabelecidos, e proceder à respectiva carga e descarga, incluindo cadeiras de rodas de passageiros deficientes;
 - k) Transportar cães-guia de passageiros cegos e, salvo motivo atendível, como a perigosidade e o estado de saúde ou higiene, animais de companhia, devidamente acompanhados e acondicionados;
 - l) Emitir e assinar o recibo comprovativo do valor prestado, do qual deverá constar a identificação da empresa, endereço, número de contribuinte e a matrícula do veículo e, quando solicitado pelo passageiro, hora, a origem e destino do serviço e os suplementos pagos;
 - m) Facilitar o pagamento do serviço prestado, devendo para o efeito dispor de trocos até 10 euros.
 - n) Proceder diligentemente à entrega na autoridade policial ou ao próprio utente, se tal for possível, de objectos deixados no veículo;
 - o) Cuidar da sua apresentação pessoal;
 - p) Diligenciar pelo asseio interior e exterior do veículo;
 - q) Não se fazer acompanhar de pessoas estranhas ao serviço;
 - r) Não fumar quando transportar passageiros.



Município de Miranda do Corvo

2 - A violação dos deveres do motorista de táxi constitui contra-ordenação punível com coima, podendo ainda ser determinada a aplicação de sanções acessórias, nos termos do estabelecido nos artigos 11.º e 12.º do Decreto-Lei n.º 263/98, de 19 de Agosto.

CAPÍTULO VI

Fiscalização e regime sancionatório

Artigo 35.º

Entidades fiscalizadoras

São competentes para a fiscalização das normas constantes do presente Regulamento, a Direcção Geral de Transportes Terrestres, a Câmara Municipal, a Guarda Nacional Republicana, a Polícia de Segurança Pública e a Inspecção-Geral das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Artigo 36.º

Contra-ordenações

- 1 - O processo de contra-ordenação inicia-se officiosamente mediante denúncia das autoridades fiscalizadoras ou particular.
- 2 - A tentativa e a negligência são puníveis.

Artigo 37.º

Competência para a aplicação

1 - Sem prejuízo das competências atribuídas a outras entidades fiscalizadoras pelos artigos 27.º, 28.º e 29.º, no n.º 1 do artigo 30.º e no artigo 31.º, bem como das sanções acessórias previstas no artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de Agosto, republicado pela Lei n.º 106/2001, de 31 de Agosto, constitui contra-ordenação a violação das seguintes normas do presente Regulamento, puníveis com coima de 149,64 euros a 448,92 euros:

- a) O incumprimento de qualquer dos regimes de estacionamento previsto no artigo 8.º;
- b) A inobservância das normas de identificação e características dos táxis referidas no artigo 5.º;
- c) A inexistência dos documentos a que se refere o n.º 3 do artigo 6.º;
- d) O abandono da exploração do táxi nos termos do artigo 31.º;
- e) O incumprimento do disposto no artigo 7.º

2 - O processamento das contra-ordenações previstas nas alíneas anteriores compete à Câmara Municipal e a aplicação das coimas é da competência do presidente da Câmara Municipal.

3 - A Câmara Municipal comunica à Direcção-Geral de Transportes Terrestres as infracções cometidas e respectivas sanções.



Município de Miranda do Corvo

Artigo 38.º

Falta de apresentação de documentos

A não apresentação da licença de táxi, do alvará ou da sua cópia certificada no acto da fiscalização constitui contra-ordenação e é punível com a coima prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo anterior, salvo se o documento em falta for apresentado no prazo de oito dias à autoridade indicada pelo agente de fiscalização, caso em que a coima é de 49,88 euros a 249,40 euros.

CAPÍTULO VII

Disposições finais e transitórias

Artigo 39.º

Regime supletivo

Aos procedimentos do concurso para atribuição das licenças são aplicáveis, subsidiariamente e com as necessárias adaptações, as normas dos concursos para aquisição de bens e serviços.

Artigo 40.º

Regime transitório

1 - A obrigatoriedade de certificado de aptidão profissional prevista no n.º 1 do artigo 35.º deste Regulamento apenas terá início em 1 de Janeiro do ano de 2000, de acordo com o estabelecido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 263/98, de 19 de Agosto.

2 - A instalação de taxímetros prevista no n.º 1 do artigo 34.º deste Regulamento, de acordo com o estabelecido no artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de Agosto, republicado pela Lei n.º 106/2001, de 31 de Agosto, e no artigo 6.º da Portaria n.º 277-A/99, de 15 de Abril, com nova versão da Portaria n.º 1318/2001, de 29 de Novembro, deve ser efectuada até 31 de Dezembro de 2002.

3 - O início da contagem de preços através de taxímetro terá início simultaneamente em todas as localidades do município, dentro do prazo referido no número anterior e de acordo com a calendarização a fixar por despacho do director-geral de Transportes Terrestres.

4 - O serviço a quilómetro, previsto no artigo 28.º do Decreto n.º 37 272, de 31 de Dezembro de 1948, mantém-se em vigor até que seja cumprido o estabelecido nos números anteriores.

5 - A taxa a cobrar pela substituição das licenças, a que se refere o n.º 1 do artigo 26.º do presente Regulamento, é no montante de 24,94 euros a incluir, posteriormente, na Tabela de Taxas e Licenças desta Câmara.

Artigo 41.º

Norma revogatória

São revogadas todas as disposições regulamentares aplicáveis ao transporte em táxi que contrariem o estabelecido no presente Regulamento.



Município de Miranda do Corvo

Artigo 42.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor 30 dias após a sua publicação.